



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais de consumo para manutenção predial, em regime de MAIOR DESCONTO percentual unitário, com base de preços na Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custo e Índices da Construção Civil), e subsidiariamente nas tabelas a seguir, nesta ordem: AGESUL (Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos), Tabelas do ORSE (Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe) e da AGETOP CIVIL (Agência Goiana de Transportes e Obras), para manutenção preventiva e corretiva nos prédios desta Justiça Eleitoral, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

1.2. Com o intuito de economia e celeridade processual, também foram inseridos equipamentos necessários à execução do serviço, os quais serão adquiridos em itens separados, pelo MENOR PREÇO.

1.3. Quanto à aquisição de material de consumo (insumos da construção civil, elétrico, hidráulico, ferramentas em geral, madeiras em geral e ferragens em geral), para manutenção preventiva e corretiva nos prédios desta Justiça Eleitoral, foi considerado o histórico de consumo do Tribunal, bem como produtos já faltantes no estoque do Almoxarifado e solicitações de outras unidades.

1.4. A estimativa de gastos baseia-se no histórico de despesas realizadas em exercícios anteriores, levando em consideração o orçamento disponível.

**RELAÇÃO DE ITENS COM APLICAÇÃO DE DESCONTO**

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS MATERIAIS	CATMAT	DESCONTO MÍNIMO em %	PREVISÃO DE GASTO ANUAL R\$
1	Percentual a ser descontado sobre o fornecimento de <b>INSUMOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL</b> (tais como: tijolo, areia, brita, cimento, cal, tintas, massa corrida, pincel, rolo, cola, cerâmica, fechaduras, impermeabilizantes, isolantes acústicos e térmicos, ladrilhos, lixas, parafusos, portas e portais, pregos, rolos, solventes, verniz, vidro, etc.)  *Item exclusivo para ME/EPP	280971	4%	60.000,00

2	<p>Percentual a ser descontado sobre o fornecimento de <b>MATERIAIS ELÉTRICOS</b> (tais como: benjamins, bocais, calhas, capacitores e resistores, chaves de ligação, circuitos eletrônicos, condutores componentes de aparelho eletrônico, diodos, disjuntores, eletrodos, espelhos para interruptores, fios e cabos, fita isolante, fusíveis, interruptores, lâmpadas e luminárias, pilhas e baterias, pinos e plugs, placas de baquelite, reatores, receptáculos, resistências, starts, suportes, tomadade corrente e outros, etc.)</p> <p>*Item de ampla concorrência</p>	231147	4%	150.000,00
3	<p>Percentual a ser descontado sobre o fornecimento de <b>MATERIAIS HIDRÁULICOS</b> (tais como: válvulas, reparos, torneiras, tubos, conexões, aparelhos sanitários, bóia, desentupidor de tubulações, ducha higiênica, etc.)</p> <p>*Item exclusivo para ME/EPP</p>	253936	4%	80.000,00
4	<p>Percentual a ser descontado sobre o fornecimento de <b>FERRAMENTAS EM GERAL</b> (tais como: alicate, broca, caixa p/ ferramentas, canivete, chaves em geral, enxada, espátulas, ferro de solda, foice, lamina de serra, lima, machado, martelo, pá, picareta, ponteira, prumo, serrote, tesoura de podar, trena, parafusadeira, furadeira, nível a laser, soprador térmico e outros.)</p> <p>*Item exclusivo para ME/EPP</p>	622719	4%	20.000,00
5	<p>Percentual a ser descontado sobre o fornecimento de <b>MADEIRAS EM GERAL</b> (tais como: madeiras, barrotes, caibros, tábuas, madeirites, portas, batentes, alisares e demais acessórios, complementos e afins).</p> <p>*Item exclusivo para ME/EPP</p>	612149	4%	10.000,00
6	<p>Percentual a ser descontado sobre o fornecimento de <b>FERRAGENS EM GERAL</b> (tais como: arames, treliças, vergalhões, grampos, hastes, telas alambrados, telas malhas, complementos e afins).</p> <p>*Item exclusivo para ME/EPP</p>	602573	4%	10.000,00

7	<b><u>COTA EXCLUSIVA PARA ME/EPP RELATIVA AO ITEM 2:</u></b>  Percentual a ser descontado sobre o fornecimento de <b>MATERIAIS ELÉTRICOS</b> (tais como: benjamins, bocais, calhas, capacitores e resistores, chaves de ligação, circuitos eletrônicos, condutores componentes de aparelho eletrônico, diodos, disjuntores, eletrodos, espelhos para interruptores, fios e cabos, fita isolante, fusíveis, interruptores, lâmpadas e luminárias, pilhas e baterias, pinos e plugs, placas de baquelite, reatores, receptáculos, resistências, starts, suportes, tomadade corrente e outros, etc.)	231147	4%	50.000,00
VALOR TOTAL PREVISTO para contratação mediante DESCONTO				R\$ 380.000,00
INTERVALO MÍNIMO em % sobre o valor unitário				0,05%

RELAÇÃO DE ITENS PELO MENOR PREÇO - AQUISIÇÃO IMEDIATA						
ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DOS MATERIAIS	CATMAT	UNIDADE	QDADE	PREÇO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO MÁXIMO TOTAL
	<b>SENSOR TERMOGRÁFICO/CÂMERA TÉRMICA PORTÁTIL</b> , com as as seguintes especificações mínimas:  <b>1 - Especificações Técnicas Gerais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Resolução Térmica: 19.200 pixels (160x120);</li> <li>- Intervalo Espectral: -25 a 380°C (-13°F a 716°F);</li> <li>- Precisão Térmica: de +-1,5°C a 3°C;</li> <li>- Taxa de Atualização: 3 amostras por segundo;</li> <li>- Correção de emissividade: Sim;</li> <li>- Paleta de Cores: Ferro, arco-íris, branco quente, preto quente, ártico, lava;</li> <li>- Modo de imagem: Visual com leitura de temperatura;</li> <li>- Laser: Sim. Ativado pelo usuário, o laser</li> </ul>					

8	<p>indica o ponto de medição da temperatura; - Câmera digital integrada: Sim.</p> <p><b>2 - Especificações de Imagem:</b></p> <p>- Capacidade de Fusão de Imagem: SIM; câmera permite fusão de imagem térmica e visual.</p> <p><b>3 - Recursos e Funcionalidades:</b></p> <p>- Foco Automático ou Manual: Fixo; - Medição de Ponto ou Área: medição de temperatura em pontos específicos; - Armazenamento de Dados: SIM. Emmc 4Gb; - Conectividade: Wi-Fi, ou Bluetooth.</p> <p><b>4 - Classificação de Proteção (IP): IP54.</b></p> <p><b>5 - Alimentação e Autonomia:</b></p> <p>- Tipo de Bateria: Interna - recarregável de ion-lítio; - Autonomia: 5 horas de varredura contínua (4,5h com laser ativado); - Gerenciamento de energia: Ajustável (5, 15 ou 30min).</p> <p><b>6 - Requisitos de Certificação:</b></p> <p>- Certificações de Segurança: · ce/cb/en61010/ul.</p> <p><b>7 - Garantia e Suporte Técnico:</b></p> <p>- Período de mínimo de garantia: 1 ano.</p> <p><b>8 - Documentação Técnica:</b></p> <p>- Idioma: Português; - Manuais e Documentação: Manuais de usuário e documentação técnica em português.</p> <p><i>Produto de Referência: Flir TG267 ou similar, ou superior.</i></p> <p>*Item exclusivo para ME/EPP</p>	455729	UNIDADE	1	R\$ 6.719,99	R\$ 6.719,99

9	<p><b>GEOFONE DIGITAL COMPLETO</b>, com as seguintes especificações mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Unidade de Controle</li> <li>• Capa protetora com alça</li> <li>• Tela de LCD com indicador de nível de bateria</li> <li>• Carregador 12V 1A Bivolt</li> <li>• Fone de Ouvido Circumaural com fio</li> <li>• Sensor de Precisão</li> <li>• 3 parafusos abaulados de apoio do sensor (pezinhos)</li> <li>• Sensor de Haste de escuta em Inox eletrônica ajustável (40,80 e 120 cm)</li> <li>• Manômetro de pressão com medida de 0-100Mca</li> <li>• Engate rápido de <math>\frac{3}{4}</math> com redução de <math>\frac{1}{2}</math></li> <li>• Cabo de conexão padrão 5 vias com 1,3m de comprimento</li> <li>• Maleta de ABS injetado</li> <li>• Garantia mínima de 1 ano.</li> </ul> <p><i>Produto de Referência: Jovitec ou similar, ou superior.</i></p> <p>*Item exclusivo para ME/EPP</p>	445694	UNIDADE	1	R\$ 9.035,97	R\$ 9.035,97
VALOR TOTAL MÁXIMO DOS ITENS 7 E 8					R\$ 15.755,96	
INTERVALO MÍNIMO entre lances sobre o valor unitário para cada item					R\$ 1,00	

1.5. A estimativa de gastos com aquisição dos materiais especificados nos itens **01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07** durante o período de vigência do Contrato, é de **R\$ 380.000,00** (trezentos e oitenta mil reais), sendo:

1.5.1. R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para fornecimento de **INSUMOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL** ;

1.5.2. R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para fornecimento de **MATERIAIS ELÉTRICOS (Item para ampla concorrência)**;

1.5.3. R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) para fornecimento de **MATERIAIS HIDRÁULICOS**;

1.5.4. R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para fornecimento de **FERRAMENTAS EM GERAL**;

1.5.5. R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para fornecimento de **MADEIRAS EM GERAL**;

1.5.6. R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para fornecimento de **FERRAGENS EM GERAL**.

1.5.7. R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para fornecimento de **MATERIAIS ELÉTRICOS (relativo à cota de 25% exclusiva para ME/EPP do Item 1.5.2)**.

1.6. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, **prevalecerá** esta última.

1.7. O(s) material(is) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), podendo ser localizados usualmente no mercado.

1.8. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Portaria DG/TRE/MS nº 131/2023.

1.9. **Indicação de marca modelo:** Não será exigida marca/modelo obrigatório. **Exceto** para alguns itens de reposição, visando manter o padrão existente e confiabilidade de algumas marcas já consagradas no mercado, tais como: Reparos de Válvula de Descarga, como Docol e Hydra; Torneiras Presmatic Docol modelo Alfa e Compact Chrome; Acabamentos de Válvulas, Padrão Docol e Hydra; Cabos Flexíveis ( Cor Fio); Cabos UTP Cat. 5e e 6 e Conectores RJ-45 (Furukawa, SohoPlus).

1.10. Havendo necessidade de aquisição de material cujo preço/desconto foi registrado, a Seção de Manutenção Predial (SMP) da Coordenadoria de Engenharia (COENG), fará a solicitação, mediante Requisição de fornecimento, indicando sua descrição, quantidade, marca e preço/desconto registrado.

1.10.1. - Caberá à unidade requisitante, Seção de Manutenção Predial (SMP) da Coordenadoria de Engenharia (COENG), a definição do modelo de requisição a ser adotado, bem como da forma de seu envio à empresa fornecedora (por. ex.: em mãos, correio-eletrônico).

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I-a deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2024, conforme Processo SEI 0000168-45.2025.6.12.8000, publicado na página deste TRE/MS na internet.

2.3. Justifica-se o presente objeto, pela necessidade de aquisição de material de consumo (construção civil, elétrico, hidráulico e material de informática), para manutenção preventiva e corretiva nos prédios desta Justiça Eleitoral, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, visando atender às necessidades de solicitações, substituições, implementações e suprimento de estoque dos materiais utilizados cotidianamente, para garantir o atendimento das necessidades das Unidades deste Tribunal.

2.4. A contratação se dará mediante licitação, na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo maior desconto (para os itens 1 a 7) e menor preço (para os itens 8 e 9), conforme condições do Edital, deste Termo de Referência e do Contrato.

## **3. DA CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO CONTINUADO (PARA OS ITENS 1 a 7)**

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável na forma da Lei 14.133/2021.

3.2. Os fornecimentos objeto da presente contratação são classificados como continuados, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei 14.133/2021, por serem destinados ao atendimento de necessidade permanente do TRE/MS.

3.2.1. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3.2.2. Por se tratar de contratação com quantitativo estimado, o saldo contratual, porventura existente no final da vigência do contrato, ficará automaticamente decrescido do valor da contratação, nos termos do artigo 124, I, b, c/c 125 e 126, todos da Lei 14.133/2021, estando o contratante autorizado a efetivar a devida correção no saldo de empenho.

3.3. Considerando o disposto nas cláusulas 3.1 e 3.2, será firmado contrato estimativo com a empresa vencedora do certame, que poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.4. Os valores indicados na Capítulo 1 deste documento, correspondem às demandas do TRE/MS

estimadas para o período de 12 (doze) meses, não estando vinculado à utilização de valor/quantitativo mínimo dos materiais contratados.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

4.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições para aquisição de **materiais de construção** para atender às necessidades de solicitações, substituições, implementações e ressuprimento de estoque dos materiais utilizados cotidianamente.

4.2. Os materiais serão requestados conforme a necessidade deste Regional, sendo que o desconto registrado será aplicado sobre o valor constante na **TABELA DO SINAPI** de insumos, referente ao Estado do Mato Grosso do Sul, e subsidiariamente nas tabelas a seguir, nesta ordem: AGESUL (Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos) Tabelas do ORSE (Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe) e da AGETOP CIVIL (Agência Goiana de Transportes e Obras), para atender à demanda do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

4.3. Os bancos de dados ORSE e AGETOP CIVIL foram utilizados como complementos às tabelas SINAPI e AGESUL, pois estas não abrangem todos os insumos necessários para a Manutenção Predial. A escolha desses bancos de dados se deve ao seu uso frequente na elaboração de Planilhas Orçamentárias e Projetos já desenvolvidos pelo TRE-MS.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **Sustentabilidade**

5.1. Quanto aos critérios de sustentabilidade, a empresa deve observar o seguinte:

- Normativa SLTI/MPOG nº 01 de 19/01/2010, tais como: os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- **Para Lâmpada Fluorescente:** A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 33, inciso V, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 2º do Decreto nº 9.177/2017, e legislação correlata.”
- **Para Tintas:** tendo em vista que a atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a entrega de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.
- **Para todos os produtos:** conforme disposto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, devem ser considerados os produtos fornecidos em embalagens de materiais reciclado, biodegradável, atóxico, sempre que possível, produzidos sem utilização de trabalho escravo ou infantil e com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais ou com menor uso de água e energia.
- **Para todos os produtos:** Não haverá impactos ambientais para os itens de consumo que se pretende adquirir. Os resíduos destes itens serão acondicionados em recipiente e local adequados e se for o caso, posteriormente serão recolhidos pela empresa contratada que faz o descarte correto destes resíduos sob a gestão do Núcleo Ambiental.

##### **Consórcio**

5.2. Tendo em vista o baixo valor da contratação, a baixa complexidade do objeto e o ramo de mercado a atender a demanda, não será admitida a participação de consórcio na presente contratação.

##### **Garantia da Contratação**

5.3. Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.4. A garantia dos produtos não se confunde com aquela citada na cláusula 5.3. A garantia dos produtos está descrita nas especificações de cada item.

### **Subcontratação**

5.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **6. EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. Havendo necessidade de material cujo preço/desconto foi registrado, a Seção de Manutenção Predial (SMP) da Coordenadoria de Engenharia (COENG), fará a solicitação, mediante Requisição de fornecimento, indicando sua descrição, quantidade, marca e preço/desconto registrado.

6.1.1 - Caberá à unidade requisitante (Seção de Manutenção Predial (SMP) da Coordenadoria de Engenharia (COENG) a definição do modelo de requisição a ser adotado, bem como da forma de seu envio à empresa fornecedora (por. ex.: em mãos, fax, correio-eletrônico).

6.2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA, fica estabelecido da seguinte forma:

6.2.1. Para os itens **01 a 07 (ITENS COM APLICAÇÃO DE DESCONTO)** de acordo com a origem do produto, será o abaixo estabelecido, contados da aprovação do orçamento e comunicação à contratada:

**6.2.1. 03 (três)** dias para os materiais em estoque ou disponíveis no mercado local;

**6.2.2. 30 (trinta)** dias quando forem provenientes de outra Unidade da Federação.

6.2.2. Para os itens **08 e 09** será de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Requisição de fornecimento

**6.3. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.**

6.4. Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado do TRE/MS, localizado na Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184, Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS, no horário de 12h00min às 17h00min, de segunda à sexta-feira.

6.4.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega dos materiais.

6.4.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12h00min às 18h00min, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7207 e (67) 2107-7080.

6.5. O desconto registrado será aplicado sobre o valor constante na **TABELA DO SINAPI** de insumos, referente ao Estado do Mato Grosso do Sul, e subsidiariamente nas tabelas a seguir, nesta ordem: AGESUL (Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos) Tabelas do ORSE (Sistema de Orçamento de Obras de Sergipe) e da AGETOP CIVIL (Agência Goiana de Transportes e Obras), para atender à demanda do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

**6.6. Para o item 2**, que possui valor total estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), foi reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (**VIDE ITEM 7**), nos termos do artigo 8º do Decreto no 8.538/2015.

6.6.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada (**Item 7**), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

6.6.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, nos termos do artigo 8º § 3º do Decreto no 8.538/2015.

6.6.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas, quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4 do Decreto n. 8.538, de 2015.



## 7. GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.

7.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#)).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

i) Manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.6.1. requisitar o fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento ou envio de Nota de Empenho;

7.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

7.6.3. Conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

7.6.4. Acompanhar a entrega dos materiais pela contratada;

7.6.5. Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Do recebimento**

8.1. Os materiais serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. O recebimento provisório e definitivo dos materiais ficará à cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado (SPA), conforme descrito a seguir.

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8.1.2. Atendidas as condições indicadas na cláusula 8.1.1 acima, será registrado o **recebimento provisório** mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1.2.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do serviço.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação mediante termo detalhado, devendo ainda ser verificado:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da

execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento **provisório ou definitivo** não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos materiais nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

**8.9. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.**

**8.9.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.**

8.10. No caso de não haver disponibilidade para entrega do material de acordo com a marca e/ou modelo cotado em proposta, o fornecedor poderá efetuar a entrega de material de marca/modelo diferente, desde que comprovada a equivalência entre eles.

8.10.1. Neste caso, o fornecedor deverá encaminhar solicitação formal ao TRE/MS, contendo o motivo da indisponibilidade do material cotado e as especificações do material substituto.

8.11. Compete ao fornecedor comprovar a equivalência do material substituto.

8.12. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar produto cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

#### **Da emissão da Nota Fiscal/Fatura**

8.13. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

8.13.1. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

8.14. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

8.14.1. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.15. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em extinção contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

8.15.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.16. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos

causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Prazo de pagamento**

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

8.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.19.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, se este for devido.

8.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.21. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de 6\%, } I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, para os itens 1 a 7, e pelo critério de MENOR PREÇO, para os itens 8 e 9.

9.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos materiais ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

9.3. **Para os itens 8 e 9**, de modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta eletrônica a marca e o modelo do equipamento ofertado.

9.3.1. Caso não seja informada a marca/modelo na proposta eletrônica, o Pregoeiro questionará a empresa, via chat, para apresentar as informações e/ou documentações necessárias.

9.3.2. O Pregoeiro e a equipe técnica, mediante pesquisa na internet, verificarão se a marca/modelo ofertada atende às especificações, nos termos exigidos no Capítulo I deste Termo de Referência;

9.3.3. Caso o Pregoeiro e a equipe não consigam verificar a especificação do equipamento, convocará a empresa para que apresente a comprovação exigida;

9.3.3.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.

9.3.4. A convocação para indicação de marca/modelo e/ou para envio de informações (site/catálogo/folder, etc) será de 2 (duas) horas e é IMPRORROGÁVEL.

9.3.5. Caso seja necessário o envio de documentos, o Pregoeira fará a convocação de anexos pelo sistema, sendo que o envio também deverá ocorrer pelo sistema, dentro do prazo estabelecido.

9.3.6. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

9.3.7. Após esta análise preliminar, estando o material, em tese, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

## **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 395.755,96 (trezentos e noventa e cinco mil setecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e seis centavos)**, conforme mapa comparativo de preços.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação do **TRE/MS** será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;

II) Fonte de Recursos: 20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa;

III) Programa de Trabalho: 02.122.0033.20GP.0054;

IV) Elementos de Despesa: 3390.30.24,3390.30.26 e 3390.30.42;

V) Plano Interno: ADM MATMAN.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. **Para os Itens 1 a 7**, as sanções administrativas estão disciplinadas na Minuta do Termo de Contrato Administrativo (Anexo II).

12.2. **Para os Itens 8 e 9:**

12.2.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa

Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de **15 (quinze) dias úteis, contado da notificação**.

**Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação na data do envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).**

12.2.2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) quando o contratato der causa à inexecução parcial da contratação, sempre que não se justificar imposição de penalidade mais grave;
- b) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência.

12.2.3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por dia de atraso no fornecimento do material, em caso de atraso superior a 5 dias úteis, contado do primeiro dia de atraso e limitado a 30 dias de atraso. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de aplicação de multa, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de extinção;
- b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item e por ocorrência, no caso de atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) necessário para pagamento;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, caso a entrega do material esteja em desacordo com o contratado, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;
- d) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, no caso de desatendimento de cláusulas do Termo de Referência não especificadas neste item;
- e) de 30% (trinta por cento) do valor total da contratação referente ao item, se a contratada recusar-se a entregar o material sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições estabelecidas, levar o Tribunal a extinção da contratação, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

12.2.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

12.2.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

12.2.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 12.2.3.2 e 12.2.3.3 abaixo;

12.2.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, em prazo não inferior a 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

12.2.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

12.2.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento

da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

12.2.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

12.2.3.6. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

12.2.3.7. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

12.2.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, por prazo não superior a 3 (três) anos, quando o contratado:

- a) der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total da contratação;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.2.5. Será aplicada a penalidade de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** quando o contratado:

- a) prestar declaração falsa durante a execução da contratação;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2.5.1. Também será aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, nas hipóteses previstas no item 11.4, quando justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.5.2. Aplicada a penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, o contratado estará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.2.5.3. A aplicação da penalidade de DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE é de competência exclusiva da autoridade máxima do TRE/MS

12.2.6. A aplicação das **sanções previstas neste capítulo** serão apuradas nos termos da em processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.2.6.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

12.2.6.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

12.2.6.3. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);
- III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

12.2.7. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente,

nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.2.8. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.2.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.2.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.2.11. As sanções de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** e **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** admitem reabilitação, exigidos, cumulativamente:

- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- II - pagamento da multa;
- III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo único.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "a" e "d" do subitem 12.2.5 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12.2.12. Da aplicação das sanções **ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

11.12.1. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.2.13. Da aplicação da sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.2.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.2.15. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)/Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 12.2.3.7.

12.2.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder



Executivo Federal.

12.2.17. Antes da aplicação das sanções previstas neste Capítulo, a contratada será notificada para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.2.18. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.2.18.1. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.2.19. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

### **13. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS**

13.1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência e no Termo de Contrato Administrativo.

13.2. Exigir da empresa contratada o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

13.3. Verificar a manutenção pela empresa contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

13.4. Aplicar penalidades à empresa, por descumprimento contratual.

13.5. Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

13.6. Efetuar a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, a fim de evitar a inscrição de despesas em restos a pagar, conforme recomendação da AJDG no Parecer 1263 (0947977) e Decisão (0948049);

### **14. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA PRESTADORA DO SERVIÇO**

14.1. Realizar o fornecimento dos materiais decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e no Termo de Contrato Administrativo.

14.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

14.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionado à prestação do serviço, sendo de inteira responsabilidade da empresa a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do serviço.

14.4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos materiais, na forma disposta neste Termo de Referência.

14.5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020);

14.6. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-Geral 176/2023, a qual dispõe sobre o procedimento para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul;

14.7. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

14.8. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso);

14.9. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande, maio de 2025.

**Onildo Ferreira da Luz**  
Integrante Demandante

**Maria Julia de Arruda Mestieri**  
Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 09/05/2025, às 14:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ONILDO FERREIRA DA LUZ, Técnico Judiciário**, em 09/05/2025, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1856413** e o código CRC **CB01B6A2**.



0001639-04.2022.6.12.8000

1856413v7